

COMISSÃO MISTA PARA ANÁLISE DA MP 783, DE 2017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 783, DE 2017

Institui o Programa Especial de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.



EMENDA MODIFICATIVA Nº

Dê-se aos art. 2º e 3º da Medida Provisória a seguinte redação:

"Art.

2º.....

.....

§ 1º Na hipótese de adesão a uma das modalidades previstas no inciso III do *caput*, ficam assegurados aos devedores com dívida total, sem reduções, igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais):

.....

Art. 3º.....

.....

§ 1º Na hipótese de adesão a uma das modalidades previstas no inciso II do *caput*, ficam asseguradas aos devedores com

dívida total, sem reduções, igual ou inferior a R\$ 50.000.000,00
(cinquenta milhões de reais):

....."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo ampliar o limite do montante das dívidas que poderão aproveitar a redução de entrada para 7,5% e a cumulação de redução de encargos e compensação de créditos.

Entendemos que o valor de R\$ 15 milhões não contempla a maior parte das empresas que efetivamente precisariam ser beneficiadas pela política pública expressa no PERT.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado LEONARDO QUINTÃO